

EM TEMPO!

Junho de 1988 — Nº 227 — ANO XI — Cz\$ 80,00

A face do PT nas eleições

Um balanço das convenções e prévias que definiram os candidatos do partido em São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte

(pags. 3 e 4)



O PT e a Constituinte

O debate prossegue agora com o documento da Executiva Nacional

(pags. 6 e 7)

Metalúrgicos/RJ

A avaliação da greve que pôs abaixo anos de silêncio

Pág. 3

Polônia

O que foram as heróicas greves de abril e maio

(pags. 10 e 11)

Éder Sader

e a revolução

Sempre quando for se escrever a história de uma geração de militantes que entregaram o melhor de seus esforços, de suas inteligências e sensibilidades para a construção de um projeto revolucionário no Brasil durante os anos de rupturas e buscas que vão de década de sessenta até hoje, o nome de Eder Sader será lembrado. A sua morte, aos 46 anos, no dia 21 de maio, vitimado pela AIDS contraída em uma transfusão de sangue há quatro anos, interrompe uma trajetória e um destino.

Aos 18 anos, quando cursava Ciências Sociais na USP, Eder participaria da fundação da Política Operária, da qual viria a ser um dos principais dirigentes. A POLOP, como ficou conhecida, foi um marco não tanto pelo enraizamento social que conquistou mas por romper a couraça ideológica refor-

mista aferrada às cabeças da esquerda brasileira. A revolução brasileira, dizia a POLOP, deveria ter um programa socialista e não ficar contida nos marcos de um projeto democrático-burguês como afirmava o PCB: ali estava a fenda, a semente de toda uma reelaboração teórica e política que ainda não findou.

Exilado em 1969, já como professor de Sociologia na USP, Eder Sader foi ao Chile onde participa do Movimento de Izquierda Revolucionária, a ala esquerda e radical do grande ascenso das massas chilenas que terminou em sangue e tragédia com a queda de Allende. Esta história também ainda não chegou ao seu termo.

Preso e depois exilado para a França, Eder Sader participaria do conselho da revista **Brasil Socialista**, publicação clandestina e de teoria, vinculada aos

esforços da APLM, do MR-8 e do MEP. Ali naquela revista, com o nome de Raul Villa, o artigo mais marcante teve o selo de Eder: uma auto-crítica apaixonada, profunda — destas que se expõe a memória, as vísceras, tudo — do doutrinarismo da POLOP. A busca continuava.

Em 1979, de volta do exílio, Eder participou dos primeiros e pioneiros esforços para a criação do PT. Em 1980, seria o Presidente do Conselho Editorial e Administrativo do jornal **EM TEMPO**, então uma tribuna e local de fermentação da idéia herética para a maioria dos que se reivindicavam do leninismo de se construir um partido operário de massas, calcado na independência de classe.

No PT, onde compôs por vários anos os órgãos de direção, Eder prosseguiu a sua pesquisa, agora engajado em um projeto libertário, de acordo

mais amplo, preocupado em fazer a crítica de raiz do Estado e do "estatismo" que se reproduz feito erva daninha na teoria e na prática da esquerda.

No ano que passou, concluiu a sua tese de doutoramento, uma reflexão sobre a originalidade dos movimentos sociais no Brasil, que será publicada em breve pela Paz e Terra.

A morte nos levou Eder, antes mesmo de qualquer síntese, em meio de caminho, na esquina de um movimento. Mas um partido não é feito apenas de força militante, de tática e de estratégia, de bandeiras e palavras de ordem: ele vai se fazendo também por via desta acumulação menos material mas não menos imprescindível de memória e sensibilidade, bagagem de fragmentos de vidas e sonhos, para construir o futuro que queremos. A busca de Eder continua em nós.

DEBATE

Uma resposta polêmica

Recebemos uma carta de Ana Lúcia da Silva, professora da Universidade Federal de Goiás que faz parte da atual direção executiva nacional da CUT. A carta pretende ser uma refutação radical e abrangente do artigo de Américo Bernardes, publicado na edição de 15 de fevereiro e que expressa a opinião editorial deste jornal.

Discordamos até do método mesmo que Ana Lúcia aborda o tema. Mas publicamos a carta em nome do compromisso que sempre mantivemos com o livre debate das idéias.

Com o título "Dois rumos para a CUT", em sua edição de 15 de fevereiro a 15 de março, o jornal **Em Tempo** publicou um artigo assinado por Américo Bernardes, cuja leitura muito me preocupou.

Para quem o leu, o documento "Uma política suicida" analisa e questiona a direção que o bloco majoritário tem imprimido à CUT, priorizando a atuação na Constituinte e não no terreno da luta de massas, conforme as resoluções do II Congresso Nacional. Mesmo em relação à Constituinte, as resoluções do II Congresso apontavam a perspectiva de denúncia e não de pressão. Como consequência da análise, o documento apresenta propostas de atuação em relação à Constituinte na linha das deliberações do II Congresso. O que de resto era novidade, pois em agosto a Executiva Nacional aprovava, por unanimidade, as propostas contidas no documento (menos a da Frente Democrática que ainda não fora criada) e o grupo majoritário, sem consultar a Executiva, mudou a sua deliberação.

Qual não é minha surpresa como uma das signatárias do documento ao saber, pelo artigo assinado por Américo Bernardes, que ele "tem como um dos seus elementos fundamentais (não claramente explicitados) mas implicitamente demarcados, a rejeição à via de construção do Partido Revolucionário pela construção do Partido dos Trabalhadores". Esta conclusão é de pasmar! O documento analisa a CUT e sua atuação na

conjuntura, portanto, não está discutindo o PT. O autor do artigo criou formulações para o documento. Se formos mapear partidarmente, entre os signatários há petistas e não petistas. Suponho que entre os petistas, signatários ou não do documento, a grande maioria não pensa construir um partido revolucionário via PT, (há muito submarino, dentro do PT). E, provavelmente há setores que nem pensem construir um partido revolucionário seja via PT ou não.

Ingenuidade metafísica

Mas o mais sério é que o autor acena com a possibilidade de formação de articulações petistas e não petistas no interior da CUT ao afirmar "como dissemos anteriormente a situação de articulações distintas de petistas no interior da CUT não deve ser visto como um elemento natural, mas como uma contingência histórica do processo de construção partidária que pode e deve ser superada".

De início uma ingenuidade metafísica: articulações diferentes sejam no interior da CUT ou do PT, não podem ser fruto de "contingências históricas da construção do Partido", pois elas são produtos históricos do processo de luta de classes.

É no terreno das relações que os homens estabelecem na produção e na reprodução destas relações, é que eles produzem também as diferentes leituras deste processo (é o que ensina o velho Marx). Como consequências das diferentes leituras é que surgem as diferentes articulações. Neste sentido elas são naturalíssimas e inevitáveis e não contingências históricas.

A histórico é pensar que a saída para a superação de articulações diferentes dentro da CUT é buscar a coesão dentro do PT, através do desenvolvimento e fortalecimento da fração sindical do PT, conforme aponta o artigo.

Esta perspectiva apontada pelo articulista é preocupante para a CUT e para o PT. Do ponto de vista da CUT, que é a instância que estamos discutindo, é preocupante por várias razões entre as quais, destacamos:

— No raciocínio do autor do artigo está clara a idéia que divergências não são naturais, não são históricas (a existência de divergências na leitura do processo de luta de classes é que explica o surgimento de articu-

lações distintas), mas são "acidentes de percurso". Trata-se então de buscar mecanismos de superação "destes acidentes". Ora, se as divergências são acidentes de percurso, elas podem ser superadas. Também acreditamos que sim. Mas o caminho para esta superação é a coesão física ou ideológica. Neste ponto, o autor tem razão: o caminho possível de superar estes "acidentes de percurso" é conseguir a coesão no interior do Partido, pois só este tem possibilidade de impor mecanismos de coerção ideológica e até construir a chamada fração sindical.

Coerção ideológica

Conseguida a tal coesão dentro do PT, é transpô-lo para a CUT e está criada a contradição entre petistas e não petistas na CUT. Este desdobramento provavelmente é apontado na perspectiva de setores reformistas (ligados ao PCB e PC do B) virem para a CUT (entendimento possível da necessidade da fração sindical do PT). Aqui o problema se complica mais, pois, lutar para criar a fração sindical do PT, significa priorizar a **unidade orgânica e não a política**. É possível que do **ponto de vista sindical** haja unidade política entre setores petistas e o PCB e PC do B (não é caminho para se explicar a existência da chapa 2 dos metalúrgicos de S. Paulo?). Ademais priorizar a unidade orgânica pode significar a partidarização da Central, no caso sua petização pois o PT será amplamente majoritário.

Propostas extremamente grave face à necessidade de priorização da unidade política diante das tarefas que nos coloca o processo de luta de classes no país. Ademais, a luta dos trabalhadores é muito mais ampla que seu movimento e mais ampla ainda que suas formas organizativas. No mínimo é querer impor burocraticamente uma camisa de força à luta dos trabalhadores, ao seu movimento e às suas formas organizativas.

Priorizar a unidade orgânica significa optar pela unidade via coerção ideológica, necessária à sobrevivência e funcionamento dos partidos, o que em relação à luta dos trabalhadores (no interior ou fora de suas formas organizativas) significará acobertadamente, no ou falseamento das reais divergências que surgem no processo histórico da luta de classes e consequentemente, no processo de construção da Central.

Superar o sectarismo

Se articularmos nossas posições sobre os vários desafios e tarefas que nos coloca a luta de classes no país, as divergências surgirão, mas as articulações se formarão com uma unidade política real.

Neste sentido penso que as articulações que surgiram no último Congresso poderão ou não sobreviverem. Morrerão se a unidade política se demonstrar pouco consistente e se, no processo de lutas, as posições forem se explicitando, se clareando, se desnudando, com uma unidade política mais real. Este desdobramento é uma possibilidade da dinâmica da luta de classes. Consequentemente, faz parte do processo de luta dos trabalhadores.

Nesta perspectiva, priorizar a unidade orgânica em detrimento da política, pode ser uma violência em relação à dinâmica da luta de classes, e, como consequência, as articulações não morrerão, mas serão mortas.

Creio que esta etapa, que antecede o Congresso Nacional da CUT, poderá ser aproveitada para se explicitarem e clarearem posições em relação às tarefas que nos impõe a luta de classes.

No lugar de continuarmos distribuindo rótulos tipo sectário e doutrinário, devemos partir para discutirmos conteúdos, ou seja, discutirmos as "diferentes leituras" do processo de lutas de classes que existem no interior da CUT, mesmo que na sua apresentação, ou seja, na sua forma eles tenham um viés sectário. Acho que esta é a melhor forma de lutar contra o sectarismo e contribuir para que as articulações que surgirem tenham uma real unidade política, o que contribuirá para o crescimento e fortalecimento da CUT.

Metalúrgicos no Rio de Janeiro

O peão acordou

O balanço da greve que mobilizou noventa mil operários durante uma semana e pôs abaixo anos de silêncio e desmobilização.

Beto Bastos

Dos dias 3 a 9 de maio foi realizada a maior e mais importante greve dos metalúrgicos do Rio de Janeiro nesta década.

A história dos metalúrgicos cariocas havia sido marcada nos últimos anos pela desmobilização e traição das diretorias pelegas, tendo como consequência um dos mais baixos níveis salariais a nível nacional. A reversão deste quadro foi iniciada no final de 1987, quando tomou posse uma nova diretoria majoritariamente vinculada à CUT.

De lá para cá, os resultados são mais que evidentes. A campanha de sindicalização fez o número de filiados evoluir de doze para 25 mil. A greve de maio, realizada fora da data base, é assim o marco de um novo período.

Envolvendo cerca de 60% da categoria, de um total de 150 mil trabalhadores, a greve traz de volta ao cenário de lutas do movimento sindical nacional a segunda maior categoria do país. Além da confiança que começa a ser adquirida pela classe no seu sindicato, tem-se o início de construção de uma nova vanguarda formada por centenas de piqueteiros que, em níveis variados, foram o pulmão deste movimento.

A greve paralisou totalmente durante vários dias fábricas importantes como a Caneco (três mil operários), a Ishikavagina (dois mil operários), a G.E. (três mil operários), a Remington, a Muller e a Sulzer.

Foi determinante para a repercussão social da greve a forma de luta adotada, com a realização de poderosas manifestações de massa. No dia 5 de maio, uma passeata de dez mil trabalhadores paralisou por 40 minutos o tráfego da avenida Brasil, a principal via de acesso da cidade. No dia 9, outra passeata com cinco mil operários seguiu até as portas do TRT, onde haveria audiência de conciliação.

Apesar de todo este vigor, o movimento no que diz respeito ao aspecto estritamente econômico não conseguiu romper a dura resistência patronal, obtendo 10% de reposição salarial ao invés dos 60% reivindicados.

A política dos patrões

Antes da realização da greve, a tática patronal consistiu em não dar nenhuma resposta à pauta de reivindicações apresentada em março pelo sindicato, ao mesmo tempo em que várias empresas concediam reajustes para desmobilizar os núcleos mais combativos. O caso mais notável foi o da White Martins, que chegou a dar reajustes neste semestre de até 55%.

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro só abriu negociações após a grande repercussão da manifestação do dia 5 de maio. A Firjan se dividiu: o setor "duro" desautorizou o presidente da entidade, apresentando uma proposta que negava qualquer aumento salarial. Na audiência de conciliação, realizada no dia 9 de maio, a Firjan acabou apresentando uma proposta de 10% de aumento, não punição de grevistas e parcelamento do desconto dos dias parados. A proposta foi aceita pela categoria.

Após a greve, o patronato partiu para uma política de retaliações, rompendo os próprios termos do acordo que havia proposto. Começaram a ocorrer muitas demissões na categoria. O caso mais gritante ocorreu na empresa Apolo, onde houve quarenta demissões.

Acumulando forças

O balanço político do movimento é, no entanto, mais que positivo. E coloca uma dinâmica de mobilização que deverá ter novo auge em outubro, quando é celebrado o dissídio da categoria.

Daqui até lá, o esforço da CUT vai no sentido de fortalecer a organização nas fábricas e criar um campo de unificação mais amplo das lutas, a nível regional e nacional.



EM TEMPO:

Conselho Editorial: Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antônio Hélder, Carlos Henrique Árabe, Sérgio Moura, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS n.º 2.769.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda — Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, São Paulo — SP — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC n.º 46.093.0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329 — Sala 12 — CEP 30.180, fone 226-0646; Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 — Loja 04 — Bonfim — CEP 90.210 — Fone: 27-4642; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 — Sala 1.414 — CEP 20.031; Vitória: Caixa Postal, 1.427 — CEP 29.000; Natal: Caixa Postal 1.550 — CEP 59.072; Belém: Caixa Postal 4.001 — CEP 66.000; Florianópolis: Caixa Postal 5.088 — Cidade Universitária — CEP 58.000; Recife: Caixa Postal 2.028 — CEP 50.000.

Leia e assine

Quero assinar o Em Tempo e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Apoio: Cz\$ 1.500,00

() Normal: Cz\$ 800,00

Nome:

Endereço:

CEP: Cidade: Estado

Faça uma assinatura do Em Tempo e receba de brinde um Caderno Democracia Socialista, a escolher entre os cinco já lançados. Recorte o cupom e envie juntamente com cheque nominal à Editora Aparte Ltda — Rua Francisco Leitão, 57 — CEP 05414 — São Paulo — SP.

Belo Horizonte

Convenção unifica o partido

As candidaturas de Virgílio e Carlão criam as condições para uma forte campanha e de massas na capital mineira.

Thomás Matta Machado

Realizada nos dias 7 e 8 de maio, a Convenção Municipal do PT de Belo Horizonte elegeu a chapa dos candidatos majoritários e a chapa dos vereadores que concorrerão às eleições. Participaram da convenção 430 delegados, escolhidos nas zonais e nos núcleos de categoria (na proporção de um delegado para cada três filiados presentes).

No primeiro dia, foi feita uma primeira discussão sobre o programa do PT para as eleições municipais, o qual deverá ser definitivamente elaborado em novo encontro a ser realizado no dia 14 de junho. Neste encontro, também se decidirá sobre a política de alianças do PT para as eleições: há possibilidade de realização de uma coligação com o PC, PC do B, PSB, PV e PH.

No debate sobre o programa, ficou definido o papel central que os conselhos populares terão na gestão petista

da prefeitura. O PT deve impulsionar a formação dos conselhos, os quais a partir da síntese das reivindicações do movimento operário e popular, devem fiscalizar a ação da prefeitura e tomar decisões sobre o planejamento geral de gestão da cidade. Os conselhos populares são um elemento importante da nova legitimidade que os trabalhadores já devem começar a contruir em resposta a crise geral da gestão burguesa do país.

A polêmica mais viva do encontro acabou se dando em torno à composição da chapa dos candidatos majoritários. Durante o processo que precedeu a escolha dos delegados, havia três pré-candidatos a prefeito: Virgílio Guimarães (deputado federal), Carlão (presidente do PT mineiro), e Thomás Matta Machado (presidente do PT de Belo Horizonte). Dadas as debilidades do processo de discussão política (perdeu-se muito tempo discutindo a forma e a regulamentação da convenção, em detrimento do debate dos diferentes projetos políticos) e diante da necessidade do partido sair efetivamente unificado da convenção, decidimos retirar a nossa pré-candidatura.

Esta retirada teve o significado de contribuir para um acordo global que solidificasse a unidade do partido para enfrentar as eleições. Este acordo deveria basear-se em torno à candidatura de Virgílio à prefeitura e de um companheiro indicado pela Articulação para ser candidato à vice-prefeitura.

O desafio

O acordo era dificultado tanto pela resistência da Articulação em apoiar Virgílio para prefeito como pelo lançamento de uma chapa composta por Virgílio Guimarães e Roberto Carvalho (dirigente sindical do funcionalismo público) pelos companheiros que lançaram originalmente a candidatura de Virgílio Guimarães.

Mas a proposta de unidade acabou prevalecendo. No início do segundo dia, Carlão retirou a sua pré-candidatura a prefeito, passando a disputar a vice. Assim, a indicação de Virgílio para a disputa da prefeitura foi feita praticamente por unanimidade (um outro pré-candidato recebeu apenas oito dos 430 votos). Na escolha do vice, disputaram Carlão e Roberto Carvalho, vencendo o primeiro por um diferença de mais de vinte votos.

É importante ressaltar o significado do processo unitário deste ano em comparação com os traumas da convenção de 1985, quando os setores minoritários na convenção boicotaram a candidatura de Virgílio Guimarães. Desta vez, o partido saiu unido. A construção do PT avança e o processo de desbloqueamento continua se aprofundando em Minas.

As possibilidades de crescimento eleitoral e de disputa da prefeitura são amplas. Além da divisão do PMDB, o PT desfruta agora de avanços importantes na sua construção orgânica. Consolidando a sua condição de liderança do movimento operário popular, o partido tem todas as condições de capitanear uma coligação com as forças políticas de oposição à "Nova República", tendo como eixo o seu programa.

Pesquisa recente realizada pela Folha de São Paulo, indicou um percentual elevado de indecisos, e a liderança de indicações para Virgílio Guimarães frente a outras lideranças políticas burguesas. A campanha de massas e de conteúdo socialista já deflagrada pelo PT tem todas as condições de consolidar esta posição.

Porto Alegre

Balanço de uma disputa

Nove votos deram a vitória a Olívio no segundo turno

A convenção municipal do PT de Porto Alegre foi um marco na vida do partido. Cerca de 2.300 filiados debateram com profundidade e decidiram pela candidatura de Olívio Dutra a prefeito.

A convenção do PT de Porto Alegre teve três características centrais. Foi um evento de massas, mas ao mesmo tempo militante. Em Porto Alegre, os 2.300 filiados não foram apenas votar em um nome. A maioria deles participou de todo o processo e votou em uma ou outra proposta política. Uma prova, portanto, de que é possível construir um partido socialista de massas.

Além disso, foi uma convenção democrática. Como frisou Flávio Koutzii no dia seguinte ao da convenção, em nenhum outro partido o seu presidente nacional se submetia à democracia da decisão das bases sem a certeza de ser vitorioso, como fez Olívio Dutra. Da mesma forma, em nenhum outro partido, outros três militantes se lançariam ao debate e à disputa com o presidente do partido, como fizeram Flávio Koutzii, Tarso Genro e Darci Campani. O debate foi realizado quase até o final com base na diversidade de posições políticas internas ao partido e não em disputas pessoais ou de aparelhos, mesquinhas.

Em terceiro lugar, o PT de Porto Alegre deu uma demonstração de unidade antes, durante e depois da convenção. Antes, ao restringir o debate aos limites do partido. Durante, pelo alto nível da discussão. Depois, no respeito à decisão da maioria demonstrado por todas as correntes.

Dois leques

A preparação da convenção ocorreu em um momento de grande crescimento do partido. O debate realizado acabou revelando dois grandes leques de propostas. De um lado, o representado pela candidatura de Olívio Dutra, reunindo em torno de si os membros da Articulação, setores vinculados à Igreja e à Convergência Socialista. A dissonante Convergência Socialista que declarou não concordar com o programa, com a tática, com a visão de partido defendida por Olívio, mas votava em sua candidatura por ser a de um "sindicalista". Olívio Dutra representava as posições da maioria do partido a nível nacional com suas ambiguidades e imprecisões em questões importantes como as alianças e a democracia interna.

O outro leque de propostas configurava uma defesa mais clara de um perfil socialista e

revolucionário para o partido, a defesa da não assinatura da Constituição, uma visão de programa e de campanha que armava o partido para uma campanha socialista e de massas.

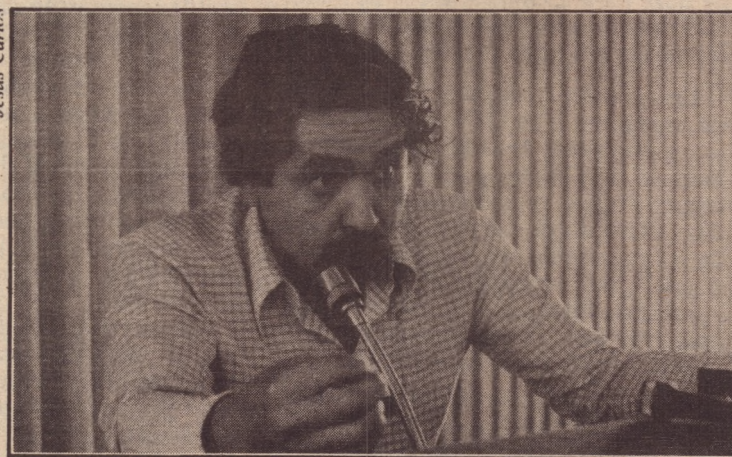
Todas as posições representadas por este leque de forças foram vitoriosas na convenção, mesmo que no debate a polarização política tivesse sido mais nítida entre as candidaturas de Olívio Dutra e Flávio Koutzii. A candidatura Tarso Genro, no transcorrer dos debates que precederem a convenção, preocupou-se mais em diferenciar a candidatura de Flávio Koutzii e lutar pela hegemonia do campo que os dois representavam em comum. A candidatura Darci Campani diferenciava-se apenas por ser contra a realização de uma frente eleitoral com os PCs e o PSB.

A disputa final

Visto desta forma, o resultado final da convenção não refletiu a correlação de forças real do partido em Porto Alegre. Isto se torna mais claro se analisarmos o resultado das duas votações realizadas para decidir o candidato a prefeito e o comportamento político das várias correntes.

O Diretório Nacional do PT

Jesus Carlos



Olívio: uma vitória em dois turnos

havia aprovado indicativamente a realização de dois turnos para a escolha de candidatos em municípios em que houvesse a disputa de mais de dois militantes. O Diretório Municipal de Porto Alegre e a convenção adotaram este critério. A candidatura Flávio Koutzii, desde a adoção dos dois turnos, se comprometeu a apoiar Tarso Genro no segundo turno, caso este fosse mais votado no primeiro. Este compromisso tinha bases políticas reais, comprovadas aliás pelas resoluções políticas da convenção. Uma posição de reciprocidade, nos termos deste compromisso, não foi, entretanto, em nenhum momento estabelecida pela candidatura Tarso Genro, embora a maioria de seus apoiadores tivesse uma posição favorável ao compromisso.

No primeiro turno, Olívio Dutra fez 957 votos, Flávio Koutzii 650, Tarso Genro 522 e Darci Campani 58. Tanto a Articulação quanto Tarso Genro pressionaram a partir daí no sentido da não realização de um segundo turno, argumentando a legitimidade

conferida a Olívio Dutra (43% dos votos). Os apoiadores de Flávio Koutzii decidiram manter a disputa no segundo turno.

Antes da votação, os apoiadores de Tarso Genro realizaram uma plenária para decidir qual posição adotar. Apesar dos mais conhecidos apoiadores de Tarso Genro terem defendido apoiar Olívio Dutra no segundo turno, a maioria das bases da candidatura optou por votar em Flávio Koutzii.

No segundo turno, Olívio Dutra fez 1.205 votos e Flávio Koutzii 1016. Vitorioso, Olívio Dutra subiu à tribuna e defendeu a candidatura de Tarso Genro à vice-prefeitura. A proposta foi aprovada indicativamente em uma plenária já esvaziada, com a abstenção dos apoiadores de Flávio Koutzii e outros militantes petistas.

Dando consequência às resoluções aprovadas no Encontro, o PT atualmente vem estabelecendo conversações com o PSB, PCB, PC do B e outras forças políticas no sentido de conformar uma coligação.

São Paulo

O significado da vitória de Luiza Erundina

Tatau Godinho

A prévia que mobilizou mais de nove mil petistas na cidade de São Paulo e que deu a vitória à Luiza Erundina por uma diferença de 1.062 votos é importante por várias razões.

Antes de tudo, é uma demonstração da vitalidade das bases e da democracia interna do partido. O pré-candidato Plínio de Arruda Sampaio era apoiada pela **Articulação**, que detém a maioria da direção do PT a nível nacional, estadual e municipal.

Mas, principalmente é a confirmação da tradição que tem o partido de afirmar um ponto de vista classista de forma tanto mais forte quanto mais amplos são os foruns da consulta. Luiza Erundina foi vitoriosa em 22 das 35 zonas eleitorais.

Apesar de a **Articulação** ter procurado dar a tônica nos debates que precederam a prévia na **viabilidade** eleitoral de Plínio, o que estava em jogo na realidade era o **perfil** do partido nas eleições da principal cidade do país. Um debate que incorporava, inclusive, diferentes interpretações das resoluções do V Encontro Nacional.

Via eleitoral

Podemos avaliar que o eixo da proposta do companheiro Plínio para a campanha eleitoral paulistana e para a prefeitura petista é o "fortalecimento da democracia", idéia que abre o primeiro parágrafo do seu texto, e que é reforçada no final deste mesmo parágrafo, quando fala em "retomar o avanço democrático do povo".

Além de definir este eixo central, o companheiro Plínio dá várias indicações sobre como entende a democracia. Por exemplo, ao dizer que os Conselhos Populares "não deverão ser confundidos com uma estratégia de 'duplo poder' nem com os clássicos processos de cooptação típicos dos governos populistas ou clientelistas", explica: "os Conselhos são expressões da democracia direta que não substituem o **regime democrático baseado na representação**" (grifo nosso).

Na mesma linha, discutindo a questão da forma de decisão na prefeitura petista, Plínio diz: "a decisão será sempre, conforme o caso, do prefeito ou do legislativo, ou seja, daquelas **peças que foram eleitas e que têm, portanto, a legitimidade de decidir**" (grifo nosso).

Há ainda uma outra colocação feita pelo companheiro Plínio, desta vez não na sua proposta, mas numa entrevista ao jornal **Gazeta de Pinheiros**, que deixa mais clara sua concepção: contrapondo-se à colocação da companheira Erundina de que não acredita na via eleitoral como o caminho de construção do socialismo, Plínio diz achar isto uma incoerência, pois concorrendo às eleições ela estava optando pela via eleitoral.

O que esteve em jogo na disputa que mobilizou os petistas na maior cidade do país foi a definição do perfil do partido nas eleições



Qual democracia

Na verdade, podemos avaliar que todas estas colocações do companheiro Plínio partem da idéia de um acordo básico com o "regime democrático baseado na representação" que existe hoje; considera que os que forem eleitos em novembro terão "legitimidade para decidir". Evidentemente, o companheiro Plínio acha que o sistema eleitoral atual tem problemas, e por isso fala em "ampliar o espaço democrático", em "avanço democrático". Mas sua perspectiva fica mais de lutar para melhorar o sistema eleitoral atual, ou em transformá-lo a partir dele mesmo, sem contestar a sua legitimidade. Ou seja, o companheiro Plínio vê a coisa, como disse, em termos de uma "opção pela via eleitoral".

Avaliamos que esta maneira de ver as coisas é fundamentalmente incorreta. O fato de defendermos em geral a participação em eleições burguesas, mesmo tão anti-democráticas como as que temos hoje no Brasil, não significa que "optamos pela via eleitoral" e menos ainda que julgamos que através dela chegaremos ao socialismo. Disputamos as eleições como parte de uma política de acumulação de forças, e para que esse acúmulo se dê no sentido do socialismo, temos de já nas próprias eleições lutar para retirar as massas da influência burguesa, da crença nas instituições da burguesia.

Como fica claro nas resoluções do V Encontro: "67 — Embora a questão da tomada do poder não esteja colocada na ordem do dia, é fundamental que o PT não apenas se construa como um partido que tem por objetivo a construção do socialismo, mas que se apresente para toda a sociedade como um par-

tido socialista. Isso significa que uma das nossas tarefas fundamentais é a luta pela constituição do movimento dos trabalhadores como um movimento claramente socialista, de generalização de uma consciência socialista entre os trabalhadores. Isso implica não apenas as tarefas de propaganda e formação política de massa, mas principalmente em abordar as tarefas de conjuntura do ponto de vista da luta pelo socialismo, introduzindo, sempre, um componente de denúncia e crítica anti-capitalista na atividade de massa do PT".

Interpretação discutível

Podemos acrescentar: não podemos nunca ajudar a legitimar eleições burguesas. Assim, na verdade, o companheiro Plínio apresenta uma proposta não apenas incorreta, mas discordante das resoluções aprovadas no V Encontro. Interpreta de forma discutível a estratégia de "alternativa democrática e popular".

Naturalmente, em outras passagens da sua proposta, o companheiro Plínio se mostra mais afinado com a visão geral do partido, como por exemplo quando diz que será necessário "enfrentar os interesses capitalistas", e apoiar o governo em "uma ampla e sólida aliança entre: setores de trabalhadores articulados em torno dos sindicatos e entidades mais combativos; trabalhadores em geral; massa popular moradora na periferia, em favelas, cortiços, hoje mobilizada pelo movimento popular autônomo e combativo; setores de classe média, especialmente profissionais liberais, intelectuais e estudantes; segmentos de pequenos comerciantes e pequenos empresários". Mas a idéia de reforçar a organização destes

setores sociais não se transformou no eixo da proposta.

Ótica classista

Já a companheira Luiza Erundina apresenta uma visão indiscutivelmente mais à esquerda. Sua idéia central para o PT no governo é "acumular forças para a construção de uma alternativa socialista". Erundina também se preocupa com a democracia, mas a partir de uma ótica classista: "Ao desenvolver o seu Programa de Governo, priorizando o atendimento das demandas sociais, democratizando a intervenção da administração municipal e estimulando o crescimento e fortalecimento dos movimentos, o PT estará abrindo campo para o crescimento das mobilizações de massa, influenciando na conscientização política da população e contribuindo para a construção da democracia que interessa às classes trabalhadoras".

Na mesma direção, acrescenta Erundina: "convém esclarecer que não acreditamos na via eleitoral como o caminho de construção do socialismo. Através desta via é possível acumular forças (...). O fundamental no processo de construção do socialismo reside na organização autônoma dos trabalhadores enquanto classe e no desenvolvimento de sua capacidade de enfrentamento com os capitalistas nas diversas instâncias de poder existentes na sociedade. Acreditamos, portanto, que só haverá acumulação de forças na perspectiva de construção do socialismo, se a ação do Partido no Governo (inclusive na campanha eleitoral) se der de forma articulada com sua ação no plano das lutas sindicais e populares".

Além de ter uma perspectiva geral correta, a proposta da companheira Erundina avança em várias questões, como na tática eleitoral, quando define como tarefa central consolidar e ampliar o PT na nossa base fundamental, classe operária e trabalhadores de renda média e baixa, ocupando o vazio deixado pelo não cumprimento das promessas janistas nestas faixas; em segundo lugar viria a busca de ampliar nossa penetração na classe média. Também a política para os servidores é muito bem desenvolvida.

Política de alianças

Por outro lado, há pontos em que sua proposta é ainda vaga: por exemplo, na questão da relação da administração com o partido.

Na política de alianças, Erundina deixa em aberto a possibilidade de coligação com o PDT, o PSB e "históricos", "covistas" e "MUP" do PMDB. Isto não nos parece correto. O PDT em São Paulo é dominado pelo ademarismo; o PSB é uma sublegenda do PMDB, comprometido com o governo Quéricia; e os dissidentes do PMDB — fundamentalmente os "históricos" no caso de São Paulo — quem refazer o antigo PMDB, que foi o grande responsável pelo embuste da "Nova República".

O PT E A NOVA CONSTITUIÇÃO

I - A situação

(...) "3 — No Congresso Constituinte, as vitórias do Centrão e da UDR no capítulo do mandato, da reforma agrária, e a aliança do setor covista com o Centrão em outros temas, impuseram uma polarização em que a esquerda e o PT não têm espaço, o que implica, inclusive, na adoção de uma nova postura pelo Partido. Há o risco de novas derrotas no 2.º turno de votação, o que leva à necessidade de o PT iniciar amplo movimento de denúncia da Constituição a ser promulgada. (...)

II — Os eixos de atuação

"7 — Diante desta situação, o PT deve — sem abandonar a luta no campo institucional — passar a dar maior ênfase na atuação no campo social e econômico. O eixo fundamental da atuação partidária, de agora em diante, deve ser a luta articulada entre os dois planos, o institucional e o sócio-econômico, com ênfase e prioridade neste. Dizer isto não significa voltar-se para uma luta de caráter economicista. Ao contrário, significa **concentrar forças na luta contra a política econômica e social do governo Sarney**, em batalhas que se dão tanto no campo institucional quanto no campo popular e sindical, e que passam pela crítica e pela denúncia do período de transição, do processo constituinte e da constituição a ser promulgada. Esse tipo de ação deve visar o objetivo tático de deslegitimar o Governo Sarney e sua política. Para isso é fundamental o Partido informar-se e debater amplamente o papel do Congresso Constituinte e da nova Constituição no processo de transição. Os resultados desse debate devem ser transmitidos pelo Partido às massas, para que elas possam atingir uma visão crítica e unitária diante da transição e, em particular, em relação ao processo constituinte: é necessário que as massas se mobilizem para garantir e/ou ampliar, na segunda rodada de votação, as conquistas obtidas na primeira rodada, mas, ao mesmo tempo, estejam preparadas para rejeitar, em plebiscito ou referendo popular, a nova constituição se, ao fim e ao cabo, ela não significar um avanço minimamente aceitável. Nessa luta, o PT precisa ter consciência de que é heterogênea a reação da população diante da nova constituição: setores sociais que foram "beneficiados" com artigos da nova Carta tendem a aceitá-la e a defendê-la; setores que "perderam" ou "nada ganharam" tendem a repudiá-la. A heterogeneidade da reação da massa não se restringe à Constituição mas se estende a outras áreas da transição conservadora: cresce a ojeriza ao Governo Sarney mas, ao mesmo tempo, cresce o descrédito e/ou a indiferença a todas as instituições e a todos os partidos políticos, e, mesmo sentindo frustração e decepção, a massa não tem conseguido mobilizar-se e atuar politicamente. (...) Não obstante, o Partido deve esforçar-se para elaborar uma **avaliação global** do processo constituinte e da Constituição a ser promulgada, evitando cair na tentação de arrolar "pontos positivos" e "pontos negativos" da nova Carta Magna. (...)

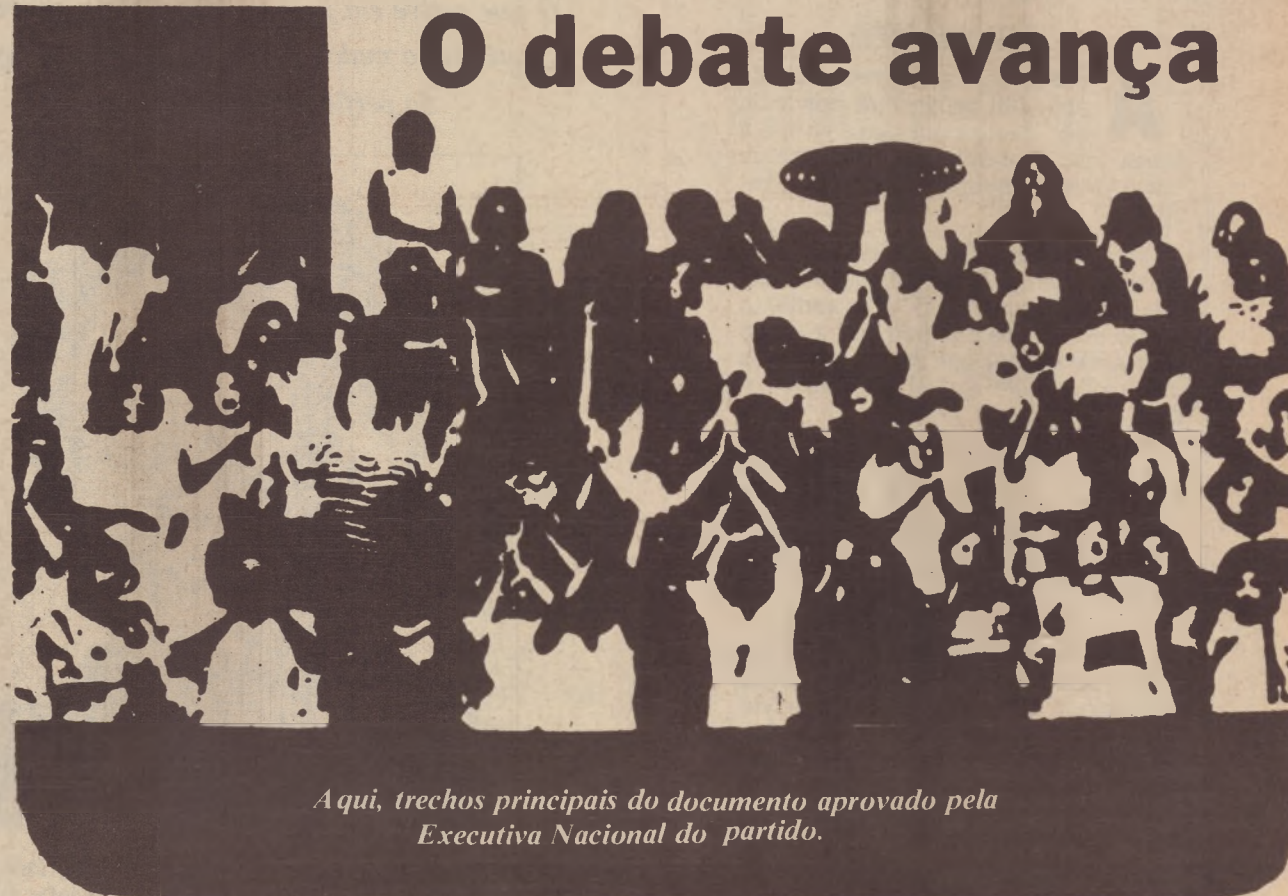
"10 — A atuação no campo institucional deve estar articulada com a campanha eleitoral para prefeitos e vereadores, que deve ser um momento privilegiado tanto para o PT propor uma Alternativa de Governo quanto para fazer a denúncia da Constituição a ser promulgada. (...)

III - Medidas práticas imediatas

"1 — Fazer uma avaliação crítica, com as entidades e os partidos, propondo a continuidade da luta em torno da denúncia do Congresso Constituinte e da Constituição a ser promulgada, da exigência do referendo popular para a nova Constituição e da oposição à política econômica do Governo.

"2 — Priorizar a elaboração do Plano de Governo da candidatura Lula (...)

O debate avança



Aqui, trechos principais do documento aprovado pela Executiva Nacional do partido.

3 — Tomar posição oficial diante da nova Constituição. O PT precisa sair da falsa questão "assina ou não assina" a Constituição, a ser promulgada provavelmente em julho ou agosto. Tentar definir agora, neste momento, antes da segunda rodada de votação, qual a posição do partido pode gerar um clima de "luta internista" dentro do PT, exatamente no momento em que o Partido precisa enfrentar a política econômica do Governo Sarney e as eleições municipais. Além disso, a questão de "assina ou não assina", não constitui a contradição central da conjuntura, a mais do fato de que está longe de galvanizar ou mesmo interessar a maior parte da massa. Acresça-se a isso tudo que uma proposta desse tipo é uma proposta do Partido para o Partido, isto é, seria se aprovada, uma deliberação que levaria à ação, na melhor das hipóteses, somente a bancada federal petista, mas não seria uma proposta de ação política ou de ação organizativa para as massas porque a manteria indiferente e alheia ao que estaria se passando no âmbito institucional do Parlamento. Apesar de todos esses problemas, a discussão já foi iniciada — de forma não organizada e não dirigida — no interior do Partido. O jornal *Em Tempo*, a Convergência Socialista e o deputado José Genoíno — para citar alguns casos — tomaram posição aberta pela "não assinatura da Constituição". Há argumentos segundo os quais assinar é legitimar a nova Constituição; (...) O PT deve evitar esse caminho e iniciar a discussão pela avaliação da Constituinte e do papel do PT e de sua Bancada Federal, já que os companheiros que propõem a não assinatura iniciaram, direta ou indiretamente, a crítica à bancada constituinte e à tática do Partido. (...)

"3.2 — A posição do Partido deve ser a de construir um amplo movimento de denúncia da nova Constituição. Somente a partir de um arco de forças que inclua CUT, UNE, CONTAG, CPT, Movimento dos Sem Terra, ANDES e, se possível OAB, CNBB, IAB o PT deve tomar a decisão de assinar ou não a nova Constituição;

"3.3 — Para o PT a não assinatura da nova Constituição tem que ser decidida a partir de um movimento de denúncia e pressão social. E não uma posição toma-

da a partir da avaliação de que o Congresso Constituinte tenha consolidado a ordem econômica, social e política capitalista e mesmo a transição conservadora. O PT nunca legitimou a transição, e é um partido socialista. O argumento ideológico não serve porque em sua raiz está a posição de que não fazemos parte da ordem legal vigente, o que não é verdade e pode levar aos trabalhadores a imagem de que o PT pretendia mudar ou romper com o sistema ou com a ordem burguesa no Congresso Constituinte. (...)

"3.4 — Por outro, deslegitimar a Constituição é não aceitar sua ordem econômica e social e as instituições que impõem ao país. Compromisso público do PT, que luta pelo socialismo, denunciá-la é apresentar alternativas e criar um movimento social que a repudia; não assinar é um gesto simbólico que pode acontecer, mas não significa a única forma de deslegitimar e denunciar a Constituição a ser promulgada.

"3.5 — O Partido precisa avaliar a correlação de forças e as consequências de não assinar ou de assinar a nova Constituição. O Partido tanto pode estar levando aos trabalhadores uma ilusão sobre a nova ordem, quanto pode estar incorrendo em um erro, já que precisa elaborar a nova legislação complementar e ordinária, as Constituições Estaduais, as leis orgânicas dos Municípios e vai continuar participando das instituições legais do País.

"3.6 — Também é preciso que a discussão seja transparente. Os que defendem a não assinatura já, e com tanta segurança, precisam expor ao conjunto do Partido quais são os desdobramentos desta proposta tática de não assinar. O PT deve entender que assinar não significa nenhuma legitimação da ordem burguesa, como não significou, quando ao fundar-se e iniciar sua construção, o Partido decidiu pela legalidade e pela participação nas eleições e nas instituições da ditadura, ou quando decidiu não ir ao Colégio Eleitoral. O critério sempre foi o nível de consciência dos trabalhadores, a correlação de forças e a luta concreta que o Partido está travando e não uma questão de princípio ou uma bipolarização maniqueísta entre o tudo e o nada. (...)"

Editorial

Cinco argumentos e uma certeza

A não assinatura da Constituição é o caminho mais coerente para desenvolver a luta de massas contra o governo Sarney e a "Nova República"

A resolução da Executiva Nacional do PT, "O Momento Político e a Ação do PT", elaborada a partir da reunião de 28/29 de maio, além de fazer uma análise do momento político, procura orientar o partido sobre a avaliação do processo constituinte e da discussão sobre qual posição tomar diante da nova Constituição a ser promulgada.

Esta resolução, que corresponde a uma posição amplamente majoritária hoje na Executiva Nacional (e também na Bancada Federal) tem aspectos muito positivos, mas também limitações significativas, e até algumas incoerências. O objetivo deste artigo é comentar seus posicionamentos na questão da nova Constituição, procurando assim contribuir para a discussão interna ao partido.

O primeiro grande mérito da resolução é dizer que nas últimas votações no Congresso Constituinte foi imposta "uma polarização em que a esquerda e o PT não têm espaço", e concluir daí a necessidade de uma nova postura do partido, centrada na denúncia e na luta contra a política econômica e social do governo Sarney.

O segundo grande mérito é definir uma política de "crítica e de denúncia do período de transição, do processo constituinte e da constituição a ser promulgada", e que "esse tipo de ação deve visar o objetivo tático e deslegitimar o Governo Sarney e sua política", bem como a nova Constituição. Também é importante a afirmação de que o PT deve procurar fazer esta denúncia construindo um amplo movimento, tentando fazê-lo em conjunto com diversas entidades, e buscando envolver diretamente a massa, inclusive com a realização de um referendo popular sobre a nova Constituição.

Cinco argumentos

Outra preocupação correta da resolução é a de que o debate sobre estes posicionamentos do PT, e particularmente sobre a questão da assinatura ou não da Constituição não deve nos levar agora a uma luta internista, quando o partido se defronta com grandes tarefas e grandes desafios.

A resolução insiste em que só depois de concluído o 2º turno das votações em plenário da nova Constituição o partido deve se posicionar a favor de assinar ou não. Contudo, tende a pré-definir já uma posição: a de que devemos denunciar e deslegitimar a nova Constituição, mas assiná-la; a posição de não assiná-la só seria tomada na hipótese de um "movimento de denúncia e pressão social" neste sentido e do acordo de todo um conjunto de entidades, e se a votação no 2º turno piorar significativamente o texto atual da Constituição.

Em favor desta posição, a resolução avança cinco ordens de argumentos:

1º argumento — O de que assinar a nova Constituição não significa legitimá-la. É um argumento correto, mas dentro de certos limites: assinar a Constituição não significa de fato necessariamente legitimá-la. Se o partido fosse legalmente obrigado a assinar, esta seria a posição mais correta. Participar das eleições hoje dentro das atuais regras anti-democráticas do jogo não significa le-



gitimá-las, pois não temos alternativa, só podemos concorrer dentro destas regras (e participar das eleições é importante dentro da estratégia geral do partido).

Mas se o partido tem a opção de assinar ou não a nova Constituição é claro que não assinar é o mais coerente com a posição de denunciá-la e deslegitimá-la, e que assinar introduziria uma incoerência na nossa posição e enfraqueceria a nossa denúncia.

2º argumento — O de que esta questão não envolve as massas e é apenas uma proposta do partido para o partido (ou seja, não assinar a Constituição seria "vanguardista" e não uma política de massas).

Este argumento é absurdo. É claro que o PT deve tentar envolver as massas — inclusive propondo um referendo para que elas se pronunciem. Mas se as massas não participam, o PT terá de tomar uma posição. Do mesmo modo, não ir ao Colégio Eleitoral era uma posição "do partido para o partido", mas ninguém do PT hoje discorda de que foi um gesto correto e da maior importância. O PT não poderá se esconder atrás da desculpa de que as massas não se mobilizaram.

3º argumento — O PT só deverá decidir não assinar a partir de um movimento amplo de denúncia e pressão social, e a partir de um arco de forças, etc.

Também este argumento é absurdo, e adotá-lo equivaleria a abdicar inteiramente do papel dirigente na luta de classes que o partido deve buscar, e assumir uma posição completamente reboquista. Evidentemente, é muito melhor tomar uma decisão nas condições de apoio e pressão de massa citadas, mas na sua história o PT já teve diversas vezes de adotar posições momentaneamente impopulares: fazer oposição a Tancredo e não ir ao Colégio Eleitoral, criticar o Plano Cruzado, lançar candidaturas a governador em 1982 (quando o grosso da oposição achava que isto era "divisionismo"). Mais uma vez, saber ficar em minoria, remar contra a corrente, é muitas vezes um dos traços característicos de um partido que aspira a ser dirigente.

Contudo, esta argumentação tem um outro lado falho: não é verdade que o que predomina hoje na massa é

um sentimento de apoio à Constituição, de "defesa de suas conquistas". O grau de insatisfação e de decepção com o governo e a Constituição é muito grande; se a massa não se mobiliza contra, é por estar com um sentimento mais de desânimo, tendendo a rejeitar inclusive os políticos em geral. Nesta situação, o que o PT precisa é justamente de deixar clara a sua diferença em relação aos demais partidos, e não assinar a Constituição é uma medida que contribui muito para isto.

4º argumento: não assinar a nova Constituição significa se colocar fora da ordem legal vigente; a conclusão consequente seria não participar da votação da legislação complementar e das Constituintes estaduais, etc. Este argumento é acompanhado de uma cobrança de "transparência": quem defende a não assinatura precisa explicitar os desdobramentos ...

Também é um argumento fraco. O PT deve deixar bem claro que é contrário à "ordem legal vigente"; que o sistema eleitoral é anti-democrático, que a Constituição admite a possibilidade legal de intervenção das Forças Armadas contra o povo, que praticamente proíbe a Reforma Agrária, etc, e que o partido lutará para mudar a Constituição em todos estes itens (e outros mais), que tem uma avaliação negativa de todo o processo constituinte (desde a convocatória, que recusou uma verdadeira Constituinte Soberana e Democrática), e que por isso não assina. Mas que, como tem feito até agora, o PT denunciá-la e lutar para mudar a "ordem legal vigente" participando dela. O sentido de não assinar é deixar claro que o PT não se responsabiliza pelo caráter anti-democrático e anti-popular global da Constituição.

Na verdade, no lugar de ser incoerente não assinar a Constituição e continuar participando das eleições, do parlamento, etc, incoerente seria assinar a Constituição para depois denunciá-la.

5º argumento: não assinar a Constituição seria levar aos trabalhadores a imagem de que o PT pretendia romper com o sistema ou com a ordem burguesa no Congresso Constituinte.

Este argumento é o pior de todos. Só teria algum sentido se o PT tivesse propagandeado antes as ilusões mencionadas. Mas pelo contrário, o PT desde o início denunciou corretamente o caráter anti-democrático do Congresso Constituinte, o caráter conservador da maioria dos Constituintes eleitos etc. Não assinar a Constituição é justamente a conclusão lógica da postura correta de não ter ilusões no Congresso Constituinte.

Finalmente, convém registrar um sexto argumento, que não foi adotado pela Executiva Nacional, mas sim por setores como o Plenário Pró Participação Popular na Constituinte: o de que, excetuando o capítulo da Reforma Agrária, a nova Constituição seria um avanço a ser defendido. É claro que devemos defender os avanços obtidos, mas nosso critério geral de comparação não pode ser a Constituição da ditadura militar, mas sim as exigências fundamentais de uma ordem minimamente democrática e de mudança social largamente majoritárias entre o povo (que, na sua maioria, confiou no PMDB para defendê-las e agora se frustra). E aí, o caráter globalmente conservador da nova Constituição é indiscutível.

Químicos / São Paulo

A quem serve a divisão?

Nas eleições para a escolha da nova diretoria no maior sindicato operário da CUT na cidade de São Paulo, a Articulação toma a iniciativa de dividir e impulsiona uma disputa com métodos sectários e despolitizados.

Américo Bernardes

Nos próximos dias 12 a 15 de julho serão realizadas eleições para a diretoria do Sindicato dos Químicos da cidade de São Paulo o maior sindicato operário filiado à CUT na cidade de São Paulo (60 mil na base e 16 mil sindicalizados). Concorrem a estas eleições duas chapas, ambas vinculadas ao PT: a chapa 1, presidida pelo atual presidente do sindicato Domingos Galante e a chapa 2, presidida por Jorge Coelho, atual presidente da CUT estadual de São Paulo.

Estas chapas originaram-se de duas convenções cutistas, realizadas nos dias 9 e 11 de junho. A julgar pelo clima da segunda convenção, estará aberta uma "guerra" na disputa entre as chapas, um duro confronto envolvendo militância e aparatos ligados às posições que se apresentam no interior da CUT. Contudo, é importante ter em conta desde o primeiro momento que em "guerras" como esta existe a possibilidade de haver um grande perdedor: o conjunto dos trabalhadores representados pelo sindicato, que sequer chega a compreender o porque da divisão da direção da CUT na categoria.

A responsabilidade pela divisão

Se para a vanguarda do movimento sindical já são conhecidos vários elementos da disputa entre os setores cutistas, elas nunca chegaram a ser expostas ao conjunto da categoria química da cidade de São Paulo.

O setor representado por Jorge Coelho (na verdade, quatro diretores do sindicato) tem participado da direção desde que o sindicato foi conquistado dos pelegos há seis anos atrás. O próprio Jorge participou da coordenação do sindicato, sendo o tesoureiro do sindicato nesta última gestão.

Mais do que isto. No congresso da categoria, realizado há três meses, apresentaram-se duas teses. A tese número 1 foi assinada pela maioria da direção do sindicato: Domingos Galante, Italo Cardoso, Zé Domingos, entre outros companheiros e mais Jorge Coelho e os demais três diretores que depois vieram a romper com a diretoria faltando três semanas para o encerramento do prazo limite para a inscrição de chapas. A tese 2 representava a minoria da diretoria (basicamente setores que participaram da elaboração do documento "Uma política suicida").

A dinâmica na divisão começou a partir de um documento que os quatro

Coelho foi construindo um caminho cujo destino lógico não poderia ser outro: a inviabilização da negociação entre forças políticas e a apresentação de duas chapas cutistas nas eleições.

A data como pretexto

Depois de se negarem a negociação em outros fóruns (ou do absurdo de reivindicar como base mínima para negociação a metade da diretoria mais a presidência da chapa), transformaram a data da convenção no ponto fundamental da discórdia. Em um panfleto



diretores lançaram na base da categoria. Um documento de caráter eleitoral e despolitizado, que chegava ao absurdo de denunciar a direção do sindicato por estar diminuindo o aparato assistencial do sindicato. Tomando como eixo a surrada denúncia do vanguardismo da diretoria, a minoria chega ao cúmulo de se valer do atraso para conseguir apoio no interior da categoria.

Buscando um acirramento cada vez maior na base da categoria, desconhecendo a diretoria como fórum de negociação e buscando um conchavo que pudesse privilegiar sua situação na diretoria em relação à atual correlação de forças, o setor representado por Jorge

distribuído no início de junho, a minoria denunciava às bases que a diretoria queria impedir a ampla participação dos trabalhadores: "A diretoria está com medo de perder a Convenção no dia 11 ou 12. Por isto quer fazer a Convenção no dia 9, dia de pagamento e dia de semana". (...)Vamos garantir uma Convenção verdadeiramente democrática para eleger uma chapa que represente realmente a categoria".

A Convenção do dia 9 foi precedida de reuniões de fábrica e reuniões regionais que indicaram nomes para a composição da diretoria. Participaram desta convenção 320 trabalhadores. No dia que, segundo Jorge e companheiros, os operários teriam mais condições



de participação compareceram cerca de 110 trabalhadores, sendo que perto de um terço de aposentados. As convenções demonstraram a farsa da argumentação defendida pela minoria.

A crítica do hegemonismo

Na verdade, o que sobra desta política é a irresponsabilidade como método e o hegemonismo como objetivo a ser alcançado. O respeito às bases, a democracia operária e a unidade dos cutistas acabam sendo meros elementos de retórica, que podem ser usados ou não de acordo com as conveniências da disputa.

É necessário que os setores cutistas — em particular, os setores que participam do PT, inclusive no interior da própria corrente majoritária — movam um combate claro e inequívoco a esta política de priorizar a luta interna dentro da CUT.

O desbloqueamento que iniciou-se no interior da CUT — e que permitiu a reconstrução da CUT/MG e a possibilidade de construção de uma direção efetiva da CUT grande São Paulo — não pode ser interrompida. A divisão dos cutistas, a luta interna sectária e despolitizada debilitam a intervenção da Central e sua construção como efetiva direção sindical para o conjunto dos trabalhadores.

Esta unidade, dos cutistas e em particular dos petistas, é um elemento fundamental da estratégia revolucionária brasileira e não pode ser visto como uma mera formulação tática de oportunidade.

cadernos
DEMOCRACIA SOCIALISTA

A recomposição do movimento operário e a construção da IV Internacional

Cz\$ 200,00

LITIA

Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado.....	Cz\$ 200,00
Teses Sindicais.....	Cz\$ 200,00
Marxismo e Religião na América Latina — M. Löwy.....	Cz\$ 150,00
A Recomposição do Movimento Operário e a Construção da IV Internacional.....	Cz\$ 200,00
A Burocracia do Movimento Operário	
E. Mandel/P. Anderson.....	Cz\$ 200,00
Introdução ao Marxismo — E. Mandel.....	Cz\$ 500,00
O Lugar do Marxismo na História — E. Mandel.....	Cz\$ 500,00
A Teoria Leninista da Organização — E. Mandel.....	Cz\$ 400,00
As Aventuras de K. Marx contra o Barão de Munchausen	
M. Löwy.....	Cz\$ 1.000,00
Rosa, a Vermelha.....	Cz\$ 1.000,00
Delícias do Crime — E. Mandel.....	Cz\$ 1.000,00

Pedidos com cheque nominal a Editora Aparte Ltda. — Rua Francisco Leitão, 57 — CEP 05414 — São Paulo — SP

VIII — A guerra civil espanhola (1.ª parte)

Aqui, a primeira parte da reconstituição dos episódios que marcaram com fogo e sangue a conjuntura dos anos que precederam a II Guerra Mundial.

A Revolução Espanhola foi um momento decisivo na luta do proletariado mundial no período que precedeu a II Guerra Mundial. Foi uma guerra civil que remexeu as estranhas da Espanha e produziu mais de um milhão de mortos, além de servir de campo de experiência de armas e táticas militares para o nazi-fascismo. As bombas alemãs que destruíram Guernica, entre outras cidades, prenunciaram a mortandade de muitos milhões de pessoas pouco tempo depois.

Na Espanha viveu-se não apenas a agressão direita solidamente sustentada pelo nazi-fascismo, mas também uma rica e complexa experiência política no amplo campo do movimento operário e popular.

Ao mesmo tempo em que o processo espanhol atraía jovens democratas, socialistas e comunistas de vários países, fossem simples operários ou renomados intelectuais, a escreverem páginas de solidariedade internacionalista das mais vibrantes, que foram retratadas, entre outros, por Ernest Heminguey no seu célebre livro *Por quem os sinos dobram*, também foi cenário da desastrosa política estalinista, que terminou sendo um fator decisivo para a derrota da revolução proletária nesse país.

Um cenário complexo

Para compreender o processo revolucionário espanhol devemos considerar o cenário internacional no qual a Espanha estava inserida. Era uma conjuntura muito particular. Em 1929, o capitalismo mundial foi sacudido por uma profunda crise econômica que afetou o conjunto do sistema. A depressão passou a ser um fenômeno generalizado, com o desemprego e a fome afetando milhões de pessoas em todo o mundo, sendo particularmente grave, pelas suas repercussões sociais, nos países capitalistas adiantados, como a Alemanha.

Nesse caos produzido pela crise capitalista, surge na Alemanha um movimento de extrema direita, o nazismo, que termina assumindo o poder em 1933, principalmente devido aos profundos erros políticos e metodológicos das organiza-

ções e partidos operários, que foram incapazes de se unirem contra o inimigo comum. O proletariado sofreu com isso uma profunda derrota. Ao mesmo tempo internacionalmente se reforçaram movimentos e partidos direitistas, de cunho autoritário. Viveu-se, então, um momento decisivo na luta de classe mundial. A II Guerra Mundial começa a se delinear no horizonte.

Na Espanha

A Espanha sofre os reflexos desse processo mundial do capitalismo de uma forma muito particular. Sua realidade se define por fortes contrastes regionais e por uma formação histórica muito especial, que lhe permitiu um desenvolvimento capitalista profundamente desigual e complexamente explosivo.

O Estado monárquico foi estruturado sob forte centralização imperial de vários povos: bascos, galegos, catalães etc. Essa centralização imperial foi construída em todo um período longo e não desprovido de autoritarismo e violências diretas contra as tentativas de autonomia nacional. A monarquia contou para essa sua empresa com o apoio direto, material e ideológico, da Igreja Católica. Ao mesmo tempo que o catolicismo emprestava esse apoio à monarquia, transformava-se em religião oficial do reino e uma grande proprietária de bens, inclusive terras.

Entre os vários povos oprimidos desenvolveu-se desigualmente o sentimento de nacionalidade e a compreensão de que o estado Espanhol era opressor. Entre os bascos esse sentimento se fez mais coeso e amplo. De qualquer maneira, objetivamente para todos esses povos oprimidos, o Estado Monárquico era uma espécie de camisa-de-força.

Uma das características do processo revolucionário espanhol, é que a crise da Monarquia ocorreu em um momento histórico em que o desenvolvimento capitalista criou um proletariado forte, sindical e politicamente organizado em duas correntes políticas e ideológicas: a socialista e a anarquista. Ao lado das burguesias nacionais, existia um proletariado jovem e concentrado, principalmente em algumas re-



Voluntários do Partido Obrero de Unificación Marxista na caserna Lenin, em Barcelona.

giões, lutando contra a situação estabelecida.

A organização do proletariado se faz, massivamente, através do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) e dos sindicatos por ele dirigidos, centralizados na União Geral dos Trabalhadores (UGT) e nos sindicatos anarquistas, agrupados na Confederação Nacional do Trabalho (CNT). O PC, surgido de divisões no PSOE e na CNT, que em 1922 tinha cerca de dez mil membros, e perdeu cerca de 90% desses membros até 1930, inclusive por sua política sectária ante as outras forças proletárias, era extremamente minoritária no seio do proletariado.

Uma crise nacional

Nessa situação histórica, a Monarquia realiza, em abril de 1931, as eleições para o Conselho das Municipalidades. Todos os candidatos que se manifestam pela continuidade da Monarquia são derrotados nas grandes cidades. Os adeptos do rei ainda tentam uma última manobra, fraudando a votação nas áreas rurais. Mas, isso não adianta. Tinha sido instalada uma ampla crise nacional.

Em várias regiões, se proclama a República. O rei Alfonso XIII, sentindo-se sem base social, atravessa dois dias após a fronteira com a França. A Es-

panha passa a ser uma República.

Radicalização

A direção do novo regime é controlada pela burguesia liberal. A velha camisa-de-força é rompida. Concessões são feitas às nacionalidades, isto é, às suas burguesias nacionais, mas a situação objetiva dos trabalhadores sofre poucas mudanças. A miséria continua nos campos e os salários nas cidades continuam baixos.

Em 1934, a burguesia tenta levar adiante uma ofensiva contra os trabalhadores. No campo, são aumentados os preços dos arrendamentos de terra e diminuídos os salários, ao mesmo tempo em que a burguesia procura fazer uma composição mais a direita a nível nacional.

Os protestos proletários explodem em várias regiões. O governo sufoca-os violentamente, através de tropas comandadas pelo general Franco, então um dos homens de confiança do governo republicano e tido como apolítico. Nas Astúrias, o combate entre as tropas do governo e os operários foi extremamente violento: com forte influência do PC, formou-se um exército vermelho, com cerca de 30 mil mineiros armados, ocupando várias cidades, construindo sovietes e proclamando uma república socialista. No final, de acordo com o comunicado oficial, tinham sido mortas 1335

pessoas e 2951 haviam sido feridas.

Apesar da enorme repressão, o governo republicano não consegue destruir o movimento operário. Ao não conseguir isso, não consegue criar as condições de saída de sua própria crise. O movimento operário continua forte e confiante.

Em 1935, o PC superando a sua fase sectária em relação às outras organizações operárias, propõe a formação de um Bloco Popular Antifascista. Era na verdade a política das frentes populares que chegava à Espanha. Essa frente visava as eleições de fevereiro do ano seguinte. A ela se integraram os socialistas e os chamados republicanos de esquerda, entre outros. Os pontos centrais da frente eram a anistia e o fim de várias medidas repressivas.

O processo de radicalização do movimento de massas levou a que essa frente eleitoral tivesse um resultado extremamente significativo. A vitória eleitoral, logo que proclamada, levou a que as massas ocupassem as ruas, e dessem uma dinâmica ao processo político diferente do esperado eleitoralmente pelo PCE e seus aliados. Os trabalhadores passaram a buscar a revolução, apesar da enorme confusão ideológica, política e até mesmo tática que existia em seu interior. A situação da Espanha radicalizava-se, polarizava-se de vez.

As jornadas operárias

Uma onda de greves de massas sacudiu a Polônia em abril-maio deste ano. Mais uma vez, as valentes concentrações operárias de Nowa Huta, a usina siderúrgica Lenin, nos arredores de Cracóvia e os Estaleiros Lenin, em Gdansk, — já famoso no mundo inteiro pela sua combatividade — encabeçaram o desafio proletário ao domínio político da burocracia, seu feroz policialismo, sua brutal repressão.

A onda de greves, sufocada por uma brutal repressão, faz parte da resistência do povo polonês ao decreto que impôs a majoração de 110% dos preços de artigos de primeira necessidade. Já em novembro do ano passado, um plebiscito promovido pelo governo em torno às

novas medidas econômicas teve como resposta a abstenção de 32% da população e o repúdio majoritário.

A Polônia vive há vários anos uma grave crise econômica e é, além disso, um país devedor, colhido nas malhas do FMI, do Banco Mundial e da agiotagem imperialista. E a luta em defesa dos salários assume obrigatoriamente um caráter político.

O movimento dos trabalhadores poloneses teve uma pálida cobertura da imprensa burguesa. A seguir, uma descrição viva da heróica luta operária e um primeiro balanço daquela que foi a onda grevista mais importante na Polônia durante os últimos anos.

Isaac Akcelrud

Como Jaruzelski foi derrotado nas urnas

O plebiscito que deslegitimou as medidas de política econômica preparou o campo para a eclosão das greves.

O plebiscito pedia resposta a duas perguntas marotas, articuladas para enganar as pessoas desprevenidas e despolitizadas e insinuando uma resposta de acordo com os desejos do governo.

Primeira: “Está de acordo com a plena realização do programa de saneamento radical da economia (...) sabendo que isto implica um período difícil de mudanças rápidas durante dois ou três anos?”

A questão é colocada como se o “programa” fosse, de fato, de “saneamento” da economia e, ainda por cima, “radical”. A pergunta finge que o eleitor já discutiu e aprovou tudo. Pede carta branca para a sua “realização”. O aumento de preços e a carestia são apelidados de “mudanças radicais” através de decisões “rápidas”, isto é, de surpresa, por “dois ou três anos”. O povo não foi nessa conversa. Faltou muito para os 51% necessários à aprovação. A repulsa foi de 55,2% dos votantes inscritos.

Segunda: “Você se pronuncia a favor de um modelo polonês de democratização profunda da vida política, que tenha por objetivo o reforço da autogestão, a ampliação dos direitos dos cidadãos e o crescimento de sua participação na gestão do país?” Os conhecidos carrascos estavam posando de libertadores do povo. Mais de 54% dos eleitores negaram crédito a essa demagogia hipócrita. Fracasso total do governo. Abstenção de 32%, um terço do eleitorado. A burocracia está isolada politicamente. Depende cada vez mais de repressão para se manter à tona.

Confissão forçada

A situação criada coloca a seguinte questão: por que a burocracia optou

por confessar sua própria derrota em vez de falsificar os resultados como já fez outras vezes? Por que, contra seus hábitos, preferiu a verdade, caindo em nova contradição, pois mantém um programa derrotado? Influíram na decisão três poderosas razões:

1 — A falsificação dos resultados aumentaria seriamente as tensões sociais. O plebiscito resultaria no oposto do que pretendia.

2 — Os setores mais conservadores da burocracia, que têm forte influência no sistema, temem por suas posições e privilégios, havendo qualquer mudança na economia. Por suas próprias razões, havia uma oposição à falsificação dentro do próprio governo. A burocracia está dividida.

3 — Simulando uma vitória, Jaruzelski ficaria em situação difícil diante dos credores imperialistas. O Banco Mundial e o FMI teriam condições para aumentar suas exigências, argumentando com a pretensa disposição do povo a apertar o cinto ainda mais para “honrar a dívida”.

Assim se definiu um verdadeiro beco sem saída. “Ganhando”, o governo semeia ventos no país e fica à mercê dos credores. Perdendo, evidencia-se que o povo nega legitimidade ao plano governamental.

Ao mesmo tempo, o plebiscito revelou uma vinculação vergonhosa do “programa econômico” do governo. O Banco Mundial participou abertamente da campanha do “sim” através de seu diretor Eugenio Lari, que deitou entrevista pela agência noticiosa oficial polonesa (PAP), dizendo sem o menor pu-



dor: “Os poloneses deveriam apoiar o programa apresentado pelo governo. Esta é uma oportunidade histórica para o povo polonês” (Divulgado por *Politika*, n.º 45, de 7/11/87).

Instituição sinistra

Nem o governo podia esconder que se tratava da maior elevação de preços já ocorrido no atual regime. De saída, uns 110% de aumento imediato para os artigos de primeira necessidade, jogando novas camadas da população no nível mais baixo da miséria.

O regime não conta com um mínimo de confiança e respeitabilidade para pedir sacrifícios com a promessa de melhorias futuras. A demagogia da segunda pergunta caiu no vazio. A conduta do governo aumenta a repulsa popular.

Por exemplo, Jaruzelski chegou a declarar-se disposto a aceitar uma “oposição socialista”, mas imediatamente se corrigiu e disse que o Sindicato Solidariedade é “anti-socialista”.

Para se ter uma idéia dos critérios políticos de Jaruzelski, basta registrar que o projeto de aumento de preços foi lançado junto com uma convocação do Comitê de Defesa do País, sinistra instituição repressora não prevista pela Constituição. Todo o mundo sabe o que significa para essa gente a “defesa do país”, a “segurança nacional”. É a guerra contra seu próprio povo. Os aumentos de preços eram anunciados com ostensiva preparação da repressão contra os inevitáveis protestos e a esperada resistência. Com razão, os trabalhadores temem que essas “reformas” acabem de vez com o pouco que ainda lhes sobra de suas conquistas sociais anteriores.

de abril — maio

A cena da greve

Passo a passo, o confronto dos comitês de greve com os braços da repressão da burocracia polonesa.

Atática do governo consistiu essencialmente em isolar a siderúrgica de Nowa Huta e os estaleiros Lenin. Adotou a política de reprimir violentamente as grandes concentrações operárias e negociar fazendo concessões significativas por toda parte. Exemplo expressivo do êxito dessa manobra governamental foi a greve dos transportes urbanos do dia 25 de abril em Bydgosz e Inowroclaw. Depois de apenas doze horas de paralisação, os trabalhadores voltaram ao trabalho com um aumento de 69%, o mesmo aconteceu nas fábricas Domel e Pafawag.

No dia seguinte, Nowa Huta entrou em ação. Mas estava só, esperando outras paralisações. Nos dias 29 e 30 de abril, os cinco mil metalúrgicos de Stalowa — Wola cruzam os braços. A 2 de maio a Usina Dolmel, uma fábrica de motores elétricos, em Wroclaw se declara em estado de preparação de greve. Entram na luta os peões da aciaria de Huta Katowice, na Alta Silésia. E por fim, os estaleiros Lenin, de Gdansk, berço do Solidariedade, desfraldam a bandeira da greve.

Heróica Nowa Huta

Na manhã de 26 de abril, Andrei Szewczuwanie, operário de 38 anos, faz soar a sirene de Nowa Huta. É o chamado para a greve. Setecentos operários largam as ferramentas. Às 14 horas, quatro mil operários já estão parados. Às cinco da tarde já são oito mil grevistas. No dia seguinte, vinte mil grevistas estão em assembléia no pátio da fábrica. O sindicato oficial mobiliza seus pelegos e orienta os espíões da polícia secreta.

Sem perda de tempo, democraticamente, organiza-se o comando da greve. São escolhidos os militantes do Solidariedade para os comitês de seção que enviam seus representantes para integrar o comitê central da greve presidido por Andrei. Os dirigentes demitidos em

1981 são readmitidos pelos trabalhadores. Eles são trazidos para o interior da fábrica e participam da direção da luta: Jan Cieselski, Mieczyslaw Gil e Stanislaw Handzlik. É um ato de soberania proletária no controle da empresa. As equipes estão preparadas para uma luta de longa duração. O regimento da greve prevê um repouso de 8 horas após 16 horas de atividade.

No dia 30, o governo fechou a cantina. Os grevistas apelam à população que lhes traz alimentos. A cantina operária é administrada por uma comissão eleita. Outras equipes devem impedir atos de sabotagem, tratar da manutenção, das informações e outras atividades na condução da greve. Reivindicam 50% de aumento no salário-base, pagamento dos dias parados, não perseguição aos participantes do movimento. Nowa Huta levanta reivindicações de todos os trabalhadores: dobrar a compensação pelo aumento dos preços de seis para doze mil slotis para todos os trabalhadores da indústria, da saúde e da educação. Exigem uma escala móvel de salários, como resposta natural à inflação galopante.

Estaleiros Lenin

A assembléia decide que os comitês de greve são permanentes e deverão transformar-se automaticamente em organismos do futuro sindicato independente reconstruído pela greve. O Primeiro de Maio é comemorado em combate: Os grevistas exigem a presença de Zdislaw Sadowski, vice-primeiro ministro e encarregado da reforma econômica, como chefe da comissão do plano. Em resposta o governo amplia os poderes especiais de Jaruzelski. Os estudantes de Cracovia saem à rua, mobilizam a solidariedade. Os apelos à greve ecoam por toda a parte. O governo responde com aumentos setoriais para reanimar o trabalho nas empresas e isolar o bastião de Nowa Huta que proclama:



Policiais à paisana atacam trabalhadores no 1º de maio em Varsóvia

“Estamos cheios de mensagens de apoio. Queremos é notícias de paralisações”.

Somente a dois de maio se consolida a greve nos Estaleiros Lenin. As duas grandes fortalezas proletárias estão lutando sozinhas. A expectativa de repetir a façanha da revolução política de 1980 não foi confirmada na prática.

Repressão selvagem

A manifestação estudantil e popular de apoio a Nowa Huta foi cercada pela polícia e brutalmente dispersada. A 3 de maio, data da primeira constituição democrática da Polônia, nova manifestação de dez mil pessoas é objeto de violento ataque policial.

No interior da siderúrgica, um grupo de mediadores organizado por iniciativa da hierarquia católica é usado subrepticamente pela polícia para atacar o comando de greve. Havendo negocia-

ção, a vigilância afrouxou. Um carro blindado investe contra o local onde está reunido o comando da greve. A Brigada Antiterrorista, do ministério do Interior, invade o local e aprisiona a liderança. Mesmo assim, seis dirigentes, entre eles Andrei e Handzlik, conseguem escapar.

A direção funciona na clandestinidade. A greve continua. Depois que a brigada antiterror foi embora, chegaram os brutamontes da brigada antiterror e começaram a depredar tudo o que encontraram pela frente. Os trabalhadores reunidos no pátio foram atacados sem cessar. A greve se mantém em cinco seções. Um comitê clandestino é eleito. Ainda cruzam os braços doze mil trabalhadores. Os centros de ajuda e informação são instalados em igrejas. O governo traz fura greves de outras cidades.

Em Gdansk, os trabalhadores são forçados a abandonar o estaleiro.

A arma da crítica

As greves de abril-maio, aqui mais que resumidamente descritas, tiveram uma nítida definição de independência de classe. Elas lançaram uma crítica contundente ao governo, denunciaram a burocracia. Ao mesmo tempo colocam os dirigentes e sua estrutura sindical diante da necessidade de afinar a organização, clarificar suas posições políticas e elaborar uma linha de conduta combativa e firme, sob pena de serem superados pela iniciativa a partir das fábricas.

Nas negociações com o governo, durante a greve destaca-se uma reivindicação inovadora: os grevistas exigem a divulgação de informações verídicas sobre a greve na imprensa. E mais, a readmissão dos militantes do Solidariedade demitidos das empresas. Dão o exemplo, trazendo-os de volta ao interior da aciaria e

colocando-os ostensivamente na liderança do movimento.

O comitê de greve da fábrica de motores elétricos de Dolmel lançou um documento que sistematiza a resposta operária ao plano econômico do governo. Em resumo, diz o seguinte:

1 — Esta alta de preços só garante uma coisa: novos aumentos virão em seguida.

2 — As majorações no custo de vida atingiram muito mais os trabalhadores do que aqueles para os quais nós produzimos — a nomenclatura, exército e a milícia.

3 — O governo encosta o povo contra a parede. O sistema de compensação pela alta de preços reduz o povo ao estado de miséria.

4 — A escala das elevações de preços submete a grave risco os grupos socialmente desfavorecidos — os aposentados, os pensionistas e as famílias numerosas.

5 — Não é nos bolsos dos operários que o governo deve procurar o dinheiro em excesso no mercado (alusão à inflação, “excesso de meios de pagamento”).

6 — As altas de preços e as medidas ditas de “proteção” foram decididas sem uma participação social autêntica.

As reivindicações econômicas, sob a forma de crítica à política econômica do governo acabam questionando toda a situação política vigente. Novas lutas fermentam na calma aparente depois da última onda de greves.

Assim na terra como na lei

O texto sobre reforma agrária aprovado na nova Constituição traz o selo inconfundível dos que chacinam posseiros e trabalhadores rurais.



Joaquim Soriano

O Art. 219 aprovado pelo Congresso Constituinte diz que "São insusceptíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I — Pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II — A propriedade produtiva

Parágrafo Único — A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social".

As Estatísticas Cadastrais do MIRAD (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário) demonstram que 4% dos proprietários de imóveis rurais detêm 66% da área total e que cada um destes proprietários tem mais de 500 hectares. A brutalidade desta informação, que demonstra a concentração de terras no país, já indicaria a necessidade urgente de uma reforma agrária. Uma pesquisa da Comissão Pastoral da Terra agrega outro dado: em 1987, os conflitos agrá-

rios envolveram mais de 600 mil pessoas e foram 109 os assassinados.

O avanço da UDR

Para manter os seus privilégios seculares, os grandes proprietários de terras, desde o início do Congresso Constituinte, defenderam as suas posições. Já no dia 30 de abril do ano passado, na Subcomissão que tratava do tema, Flávio Telles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira, assim se pronunciou: "Ao Estado não cabe condicionar a propriedade da terra à sua função social, mas sim criar as condições para que o desenvolvimento nacional se dê com respeito à função social da propriedade, sem limite de tamanho".

No dia 12 de junho de 1987, durante uma grande manifestação da UDR em Brasília, foi votado o texto da Comissão da Ordem Econômica. Foi aprovada a emenda do Deputado Jorge Viana (PMDB-BA):

Art — O uso de imóvel rural

deve cumprir função social;

Parágrafo Único — A função social é cumprida quando o imóvel:

a) "é, ou está em curso de ser, racionalmente aproveitado;"

O que os latifundiários anunciavam desde o ano passado é que queriam uma lei que, ao mesmo tempo que garantisse o direito de propriedade como absoluto, propiciasse a generosidade do Estado para o carreamento de recursos através de crédito, incentivos fiscais, subsídios etc. Muitas benesses que nem sempre, nem por todos são aplicadas na agricultura.

Depois de aprovado o texto na Comissão da Ordem Econômica, o Ronaldo Caiado respondendo a um jornalista sobre qual o anseio dos trinta mil ali reunidos, afirmou: "Que o anteprojeto de Jorge Viana seja aprovado na íntegra".

Não foi este o texto aprovado, mas outro ainda mais reacionário, que quer escrever na Constituição a impossibilidade legal da reforma agrária. Para

IMPRESSO

não terem que legislar sobre o futuro (é, ou está em curso de ser, racionalmente aproveitado), introduziram o termo "propriedade produtiva" como sendo impossível de desapropriar para a reforma agrária.

Propriedade produtiva

Entendemos por propriedade produtiva o imóvel rural com áreas aproveitáveis, ou seja, passíveis de sofrerem exploração agrícola. Ou de outra forma, a propriedade com terras férteis, capaz de atividade econômica. Entendemos também que a fertilidade pode ser adquirida, até certos limites, com o emprego de insumos modernos.

É evidente que a reforma agrária só será bem sucedida se realizada em propriedades produtivas, ou melhor dizendo, em propriedades economicamente úteis, como afirma a Emenda Popular apresentada ao Congresso Constituinte pela Campanha Nacional Pela Reforma Agrária, composta por 17 entidades, entre elas a CONTAG, CUT, CPT, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

O documento da Campanha introduzia o conceito de "obrigação social da propriedade. A supremacia dos direitos sociais e dos interesses coletivos é uma marca da época contemporânea que se faz sentir em inúmeras esferas da ação humana. É no direito de propriedade que tal chancela se faz mais presente e necessária". A proposta popular recuperava também o instrumento da "desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Na reforma agrária, a desapropriação incide sobre imóvel cuja forma de utilização é avessa aos valores fundamentais da ordem econômica e social. Nesse caso há um caráter de sanção, em

função do interesse coletivo, visando coibir o mau uso ou simples abandono de imóveis rurais".

A distância abismal que separa a proposta encaminhada pelas entidades dos trabalhadores rurais e o que foi aprovado na Constituinte só não é maior do que a existente entre a necessidade de milhões e a política do governo Sarney.

"Desapropriação amigável"

Em outubro de 87, através do Decreto Lei 2363, a dupla Barbalho/Sarney, aproveitando emenda apresentada na Comissão de Sistematização por notórios deputados apoiados pela UDR, já introduzira novos e maiores obstáculos para a realização da reforma agrária. A tal ponto que a CONTAG retirou-se, em todos os estados, das Comissões Agrárias que analisam os processos de desapropriação. Este decreto introduz normas que impedem a desapropriação de imóveis até mil hectares no centro oeste ou mesmo que garantem ao desapropriado escolher 25% da área para si até o limite de 2.500 hectares. Depois deste decreto, o MIRAD passou a divulgar abertamente que o primeiro passo para a desapropriação é a negociação com os proprietários.

"A desapropriação amigável" é um nome para tentar encobrir enormes negociatas de terra. Como divulga circular da Secretaria Agrária Nacional do PT nº 26/88, a Fundação Getúlio Vargas estimou em dezembro de 1987, em Cz\$ 63.910,00 o hectare para lavoura no Paraná. O MIRAD pagou Cz\$ 217.870,00 o hectare da Fazenda Santo Rei, em Nova Cantu. Em Rondônia, o MIRAD pagou Cz\$ 58.654,00 o hectare do imóvel Calama em Ji-Paraná. O preço estimado é de Cz\$ 20.000,00 o hectare.

O absurdo que a Constituição quer manter

CLASSES DE ÁREA (ha)	TOTAL DE IMÓVEIS	%	ÁREA TOTAL (ha)	%
0 — 10	1.433.208	31	6.524.968,9	1
10 — 25	1.196.951	25	19.668.995,4	3
25 — 500	1.890.076	40	180.483.806,7	30
maior 500	174.003	4	406.267.001,6	66
TOTAL	4.694.238		612.944.772,2	

Fonte: Estatísticas Cadastrais Anuais, 1987, dados preliminares, MIRAD